CAMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA
Encaminhado em: 10 /11 /2025
Para a con ssão Constituição e fundos
VISTO

PROJETO DE LEI Nº 017/2025

DE: 10.11.2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE APOIO FÍSICO, PSICOLÓGICO E SOCIAL ÀS MÃES E CAMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCOIMA RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO Projeto de iei em: ESPECTRO AUTISTA (TEA), TDAH, SÍNDROME DE DOWN, SÍNDROMES DEGENERATIVAS E OUTRAS DEFICIÊNCIAS OU TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO, NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO/MA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, um programa social, no Município de Porto Franco-MA, denominado CUIDAR DE QUEM CUIDA, com o objetivo de oferecer apoio psicológico, físico, social e formativo às mães e/ou responsáveis por crianças com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou síndromes degenerativas, especialmente aquelas com TEA, TDAH, Síndrome de Down e outras condições que comprometam o desenvolvimento global.

Art. 2º - O referido Programa será coordenado de forma intersetorial entre a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS).

Art. 3º - As ações do programa poderão incluir:

- I Atendimento psicológico individual e em grupo para mães e cuidadores;
- Il Grupos de apoio e rodas de conversa para troca de experiências e acolhimento;
- III- Palestras e oficinas voltadas ao cuidado com a saúde física e mental das mães e familiares;
- IV- Encaminhamento às políticas públicas existentes, como assistência social, saúde e educação inclusiva;
- V- Formação continuada com temas voltados ao cuidado com crianças atípicas, com deficiências e síndromes degenerativas.

fl-

- Art. 4º- Serão habilitados no Programa, os cuidadores que cumprirem os requisitos abaixo elencados:
- I Comprovar que exerce a função de cuidador de pessoa com deficiência, mediante apresentação de documentação que comprove tal condição;
- II Participar de capacitações oferecidas pelo Programa, visando aprimorar suas habilidades de cuidado e prevenção de doenças.
- Artigo 5º O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Saúde, deverá promover a divulgação ampla do "CUIDAR DE QUEM CUIDA", visando informar aos cuidadores sobre seus direitos e deveres, bem como estimular a adesão e o cumprimento das exigências do Programa.
- Artigo 6º Fica autorizada a celebração de convênios entre o Estado e Entidades Privadas, com o objetivo de ampliar a capacitação dos cuidadores e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo Programa.
- Artigo 7º As despesas decorrentes da implementação do referido projeto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento do Município, suplementadas se necessárias.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA, em 10 de novembro de 2025.

DURVAL FEITOSA BARROS (NETO)

VEREADOR



JUSTIFICATIVA

Sabemos que o cuidado com a população começa pelo cuidado com os nossos profissionais. O projeto 'Cuidando de Quem Cuida' vem justamente para reconhecer o papel essencial de cada servidor e oferecer espaços de escuta, acolhimento e valorização. Um servidor acolhido e motivado é capaz de oferecer um atendimento ainda mais humano e de qualidade aos nossos cidadãos", afirmou a SRA. LARISSA MORAIS RAMOS DE SOUZA, idealizadora deste projeto neste Município de Porto Franco-MA e eu como Parlamentar nesta Câmara, apresento e solicito o apoio dos Nobres Vereadores.

A proposta busca atender não somente as mães e responsáveis, assim como professores e demais cuidadores de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtomo de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down, síndromes degenerativas e outras deficiências, que enfrentam sobrecarga emocional e falta de suporte. Ampliar a atenção a essas cuidadoras e reconhecer seu papel fundamental na inclusão e do bem-estar das crianças e da comunidade.

O programa visa criar uma rede de apoio e acolhimento, promovendo saúde mental, qualidade de vida e fortalecimento de vínculos. Uma sociedade mais justa se constrói com empatia e responsabilidade coletiva.

Por fim, é importante destacar que a implementação desta lei não implicará em despesas extras para o Municipio, uma vez que as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Portanto, o projeto de lei é relevante e necessário para garantir o bem-estar das cuidadoras e responsáveis, e melhorar a qualidade dos cuidados prestados às pessoas com deficiência, solicito o apoio dos pares para a aprovação do referido projeto.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO-MA, 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

DURVAL FEITOSA BARROS VEREADOR